

Novo Código de Processo Penal pode ir logo ao Plenário

Comissão aprovou relatório de Renato Casagrande, que, se não houver recurso, seguirá para o Plenário. **2**



Compositores emocionam e reivindicam direitos

Eles querem aposentadoria especial e regulamentação da profissão e do seguro-desemprego. Nove compositores movimentaram ontem a Comissão de Educação, onde obtiveram apoio dos senadores. **6**

Senadores alertam contra danos gerados pela corrupção

Dia Internacional contra a Corrupção é lembrado por Valadares, Mozarildo, Suplicy, Alvaro e Simon. **8**

Noca da Portela, Eimar Fonseca, Ademilde da Fonseca e Marisa Serrano

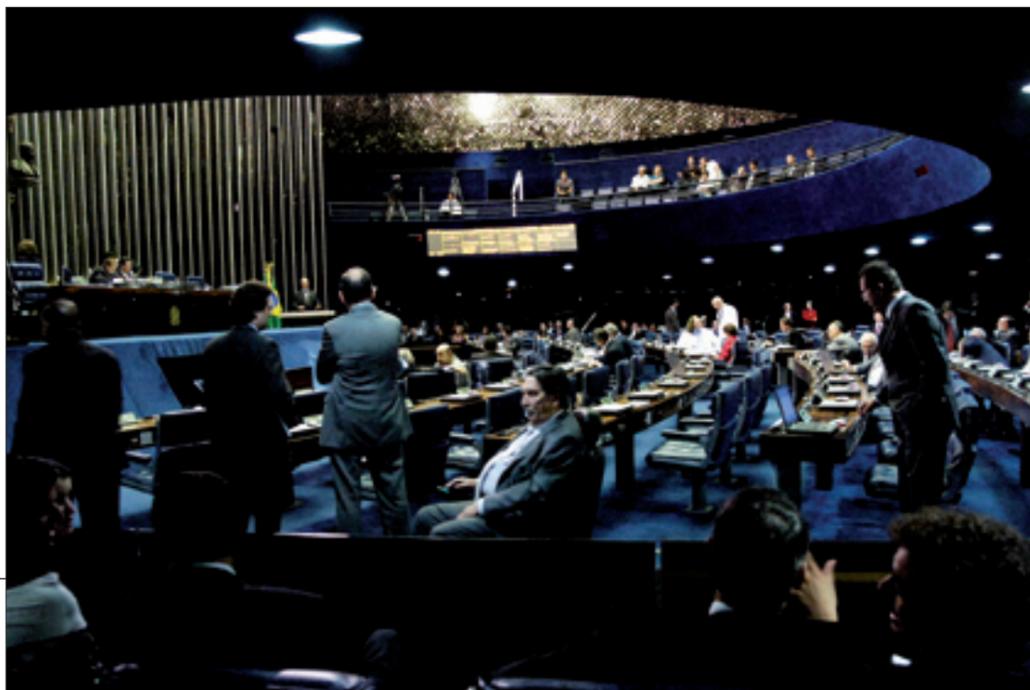
JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.154 – Brasília, quinta-feira, 10 de dezembro de 2009

Comissões aprovam benefício a diabético e remédio a carente

A Comissão de Justiça acolheu projeto que assegura a diabéticos benefícios como recebimento de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez sem carência. Já a de Assuntos Sociais aprovou proposta determinando que farmácias comerciais poderão fornecer gratuitamente a carentes medicamentos em falta no SUS. **5 e 7**



Waldemir Barreto

Instalada CPI para investigar repasse de recursos ao MST

Criada por requerimento da senadora Kátia Abreu, foi instalada ontem comissão parlamentar mista de inquérito com o objetivo de apurar supostas irregularidades em contratos firmados entre a União e entidades de defesa da reforma agrária. A CPI deverá também verificar denúncias de financia-

mento clandestino de recursos para a invasão de terras e analisar a estrutura agrária brasileira, segundo informou Paulo Duque. O senador Almeida Lima e o deputado Onyx Lorenzoni foram escolhidos presidente e vice da comissão, que terá como relator o deputado Jilmar Tatto. **5**

Protocolo de adesão da Venezuela domina discussões em Plenário

Mercosul: após muito debate, Plenário adia decisão sobre Venezuela

Um acordo de líderes adiou para terça-feira a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O debate em Plenário começou à tarde e se prolongou pela noite, esgotando a fase de discussão. A votação vem sendo adiada há mais de

um mês. Ontem, os senadores opositores denunciaram o desrespeito às liberdades democráticas e os conflitos criados pelo presidente Hugo Chávez. Já os governistas reforçaram a importância do fortalecimento do bloco regional. **3**



Almeida Lima (E) assume a presidência da comissão de inquérito e diz que terá "comportamento republicano"

Projeto: três Poderes deverão divulgar todos os gastos na internet

Projeto de Raimundo Colombo que permite à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A proposta, que segue

para exame da CCJ, obriga Executivo, Legislativo e Judiciário a publicar na internet informações sobre receitas e despesas, ativos e passivos, pessoal, atos de gestão, contratos, convênios e licitações. **6**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário celebra expedição amazônica

Às 10h, sessão especial do Plenário para comemorar os 370 anos da expedição amazônica de Pedro Teixeira, desbravador português considerado o Conquistador da Amazônia. A sessão deliberativa do Senado tem início às 14h. Na pauta de votação, está o projeto de lei (PLC 219/09) que institui política de assistência técnica e extensão rural e estabelece programa para o setor. Também na ordem do dia projeto (PLC 219/09) que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.

CAS examina proposta que regulariza profissão de teólogo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública, às 10h, para analisar projeto que regulamenta a profissão de teólogo. Estão convidados o vice-presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás, Darcy Cordeiro; o vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica, Valmor da Silva; o presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas Assembleias de Deus - Ministérios de Missões e Igrejas Filiadas, João Batista Isaquiel Ferreira; entre outros.

Relações Exteriores analisa acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina, às 10h, 18 projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais.

Missa de ação de graças ao ano legislativo

Às 11h, será celebrada missa de ação de graças, no Salão Negro do Congresso, por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos.



José Cruz

Congresso realiza sessão conjunta às 10h

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação de projetos de lei do Congresso.

Comissão vota relatórios do Orçamento 2010

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina, às 10h, relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para 2010.

CI e CAE realizam audiência conjunta para debater apagão

Audiência pública conjunta, às 8h30, das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) para ouvir o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar; o diretor-geral brasileiro de Itaipu, Jorge Miguel Samek; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tiomno Tolmasquim; e o engenheiro Evandro Emílio de Souza Lima sobre o apagão que atingiu 17 estados e parte do Distrito Federal.

PROMULGADA EMENDA DOS PRECATÓRIOS

O Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda Constitucional 62/09, que altera as regras para pagamento de precatórios, como são chamadas as dívidas judiciais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A emenda cria um regime especial segundo o qual a quitação dos precatórios alimentares e de menor valor terá prioridade sobre os demais. O texto promulgado também obriga os municípios a destinarem entre 1% e 1,5% de suas receitas correntes líquidas para o pagamento de precatórios. Esse percentual, para os estados, fica entre 1,5% e 2%. A emenda estabelece ainda que os valores das dívidas sofrerão atualização monetária de acordo com as regras da caderneta de poupança.

PREFEITOS PEDEM MAIS RECURSOS PARA SAÚDE

Cerca de mil prefeitos, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), estiveram ontem no Congresso para pedir apoio à regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que assegura mais recursos para o financiamento da saúde. Os prefeitos se reuniram, pela manhã, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, para alinhamento de discurso. Alguns deputados que participaram da reunião prometeram se empenhar na aprovação da proposta (PLP 306/08) que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS) e está em discussão na Câmara dos Deputados. À tarde, os prefeitos seguiram para a Câmara entoando o Hino Nacional, para sensibilizar os parlamentares.

“CPP deixará de ser instrumento de impunidade”, diz Casagrande

Relator sugere entendimento para que a proposta seja votada ainda este ano pelo Plenário; Demostenes informa que alguns senadores desejam apresentar recurso para submeter matéria à Comissão de Justiça

“O CÓDIGO DE Processo Penal (CPP) deixará de ser um instrumento de impunidade, como é hoje, graças às suas diversas possibilidades protelatórias, e permitirá que o processo tenha uma tramitação mais rápida”, afirmou o senador Renato Casagrande (PSB-ES), após a aprovação, ontem, do projeto de reforma do CPP pela comissão temporária que examinou a matéria.

Relator do projeto, Casagrande propôs um entendimento com o presidente do Senado Federal, José Sarney, e com o vice, Marconi Perillo, para que a matéria proposta possa ser votada pelo Plenário ainda este ano. O presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), informou, contudo, que alguns parlamentares, entre eles Pedro Simon (PMDB-RS), pretendem apresentar um recurso para que, antes do envio ao Plenário, o projeto seja analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na última reunião da comissão temporária, os senadores negociaram com o relator do CPP os últimos aperfeiçoamentos ao seu parecer, que havia sido lido na sessão anterior. Entre as alterações aprovadas, está a atualização dos valores da fiança.



Gerardo Magela

Na comissão que aprovou projeto de reforma do CPP, Serys, Demostenes, Casagrande e Marconi

Casagrande destacou que, no caso de flagrante, o juiz terá prazo de até 24 horas para relaxar a prisão se ela tiver sido efetuada de forma ilegal, convertê-la em preventiva, arbitrar fiança ou aplicar medidas cautelares cabíveis, ou conceder liberdade provisória. No caso de a fiança ser arbitrada, ela só poderá ser dispensada por motivo de pobreza.

Lei Maria da Penha

As senadoras Serys Sthessarenko (PT-MT) e Patrícia Saboya (PSB-CE)

destacaram outro ponto do projeto aprovado pela comissão temporária: a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo a proposta, independentemente da pena prevista, o caso não será julgado nos juizados especiais criminais, nem estará sujeito ao instituto da suspensão condicional do processo.

Demostenes explicou que, por um lapso, a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto – transformado no PLS 156/09 – incluiu um dispositivo que afetava a Lei Maria da Penha.

CMO mantém salário mínimo de R\$ 505,55 em janeiro

Sem diferença em relação ao proposto pelo governo no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, o relatório setorial da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), fixa em R\$ 505,55 o salário mínimo a partir de 1º de janeiro. O valor embute reajuste de 8,72%, sendo 3,47% equivalente à variação dos preços (pelo INPC) e 5,08% ao crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2008.

O documento referente às despesas

no setor de Trabalho, Previdência e Assistência Social foi um dos três relatórios temáticos aprovados pela CMO. Os outros dois são das áreas de Justiça e Defesa e Poderes de Estado. A votação dos relatórios ocorreu em clima de acordo, refletido na decisão dos parlamentares de retirar os destaques apresentados com a finalidade de pleitear a ampliação dos valores concedidos às emendas coletivas (bandeiras estaduais e comissões).

As despesas afetadas pelo salário mínimo estão orçadas em R\$ 286,9

bilhões para 2010, conforme o relator da área, deputado Nelson Meurer (PP-PR). As centrais sindicais esperam ampliar o valor previsto, decisão que só sairá na fase de elaboração do relatório final do Orçamento. O relator-geral, deputado Geraldo Magela (PT-DF), disse que tudo depende de acerto com o governo.

A concessão de aumento acima do valor previsto provocará, para cada R\$ 1 a mais no valor, acréscimo de R\$ 210,6 milhões nas despesas atreladas ao salário mínimo.

Livro retrata a trajetória política de Mão Santa



Gerardo Magela

Mais de 30 senadores prestigiaram o lançamento do livro *Atentai Bem*, do jornalista Zózimo Tavares, que retrata a trajetória política do senador Mão Santa (PSC-PI). Também esteve presente o prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, entre outros prefeitos e deputados federais. O lançamento ocorreu na Biblioteca do Senado.

O jornalista, editor-chefe do *Diário do Povo*, de Teresina, é também membro da Academia Piauiense de Letras. Ele disse que a história de Mão Santa resultou num livro alegre e pode também virar filme, ainda mais divertido. O livro foi apresentado aos presentes pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Mão Santa afirmou que Jesus é o autor do discurso mais bonito do mundo, o Pai Nosso, que tem 54 palavras e dura apenas um minuto. Ele pediu que todas as palmas fossem para o autor da obra.

Senadores e outros convidados ouvem Mão Santa durante o lançamento



Cristovam lembra os 50 anos de criação da autarquia

“Sudene realizou bem menos do que se esperava”

Ao registrar a passagem dos 50 anos de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que um erro conceitual levou à opção pelo desenvolvimento industrial sem considerar a necessidade de diminuir as desigualdades sociais, o que seria feito transformando o Nordeste em “um centro produtor de conhecimento de alta tecnologia”.

– Se tivéssemos feito isso, se 50 anos atrás tivéssemos percebido que o caminho do desenvolvimento socialmente justo, permanentemente eficiente, está no conhecimento e não no investimento industrial, hoje não há dúvida de que o desenvolvimento da região Nordeste seria diferente – argumentou o parlamentar.

Cristovam assinalou que, ao se fazer uma reflexão sobre a situação atual, “o que se percebe é que se conseguiu bem menos do que se esperava”, na medida em que a Sudene não beneficiou os habitantes da região como um todo.

O senador salientou que a população nordestina não está “substancialmente melhor” do que estava há meio século, embora tenha se registrado aumento de renda na região, de forma concentrada.

Missa, às 11h, deve encerrar ano legislativo

O arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, celebrará hoje, às 11h, missa de ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos do Senado e da Câmara em 2009. A celebração eucarística vai ocorrer no Salão Negro do Congresso, com a participação do Coral do Senado.

A realização de uma missa marcando o fim dos trabalhos no Congresso é uma tradição. Deverão ser lidos trechos bíblicos de Mateus e de Isaías.

Hugo Chávez poderia desagregar o bloco regional? Oposicionistas alertam para riscos e governistas observam que é preciso considerar o país, e não apenas seu atual chefe de Estado

Decisão sobre Venezuela no Mercosul fica para terça-feira

APÓS MAIS DE quatro horas de debate, um acordo entre os líderes adiou para terça-feira a votação do projeto de decreto legislativo (PDS 430/08) que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão foi tomada à noite a pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), depois que se reduziu o número de parlamentares em Plenário.

A votação da matéria vem sendo adiada há mais de um mês, quando o voto em separado de Jucá, favorável à adesão, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), que deu parecer contrário, teve seu voto rejeitado.

Esgotou-se ontem a fase de discussão do projeto. Os senadores da oposição se revezaram na apresentação dos argumentos contrários à entrada do novo membro, muitos dos quais já apontados nos meses de debate na CRE. O denunciado desrespeito

às liberdades democráticas no país e as animosidades cultivadas pelo presidente Hugo Chávez nas relações internacionais foram apontados como obstáculos à entrada da Venezuela.

– Não acredito em parcerias com ditaduras. Se aprovarmos aqui a adesão, já convocarei todos para a missa de sétimo dia do Mercosul – disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), para quem a integração com a Venezuela deveria acontecer apenas no plano econômico.

Poder de veto

Por sua vez, o líder do DEM, José Agripino (RN), alertou para o risco de se conceder a Hugo Chávez o poder de veto nas negociações do bloco – prerrogativa de todos os países membros.

– Se você importa um elemento desagregador, você vai trazer um problema para um bloco que já não vai bem das pernas – afirmou.

Já os governistas reforçaram a

importância do fortalecimento do bloco do ponto de vista político, econômico e cultural. O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), chamou atenção para a responsabilidade do Brasil enquanto líder do processo de integração de um continente com um histórico de democracias frágeis.

– Para construir esse caminho, temos que olhar para a Venezuela com generosidade e olhar muito além dos governos que aí estão – disse.

Diversos dos senadores favoráveis à adesão, entre eles João Pedro (PT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS), além do próprio Mercadante, citaram em sua argumentação fala do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, opositor de Hugo Chávez, em audiência na CRE. O prefeito considerou positivo para a democracia venezuelana a participação do país em fóruns internacionais, já que Chávez, isolado, seria “mais perigoso”.



Senadores favoráveis e contrários ao ingresso da Venezuela no Mercosul promoveram ontem um grande debate sobre o projeto no Plenário

Postura antidemocrática é obstáculo, afirma oposição

Os senadores da oposição enfatizaram não ser contra a integração sul-americana, mas argumentaram que o governo de Chávez pode trazer prejuízos ao bloco por não promover a “democracia plena”. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que, no momento, não há como separar a Venezuela do governo Hugo Chávez. Marco Maciel (DEM-PE) disse que a entrada da Venezuela de Chávez pode proporcionar uma paralisia no bloco.

Mão Santa (PSC-PI) disse que, quando Chávez chamou os senadores brasileiros de “moleques de recado de Bush”, atingiu a honra de todos os integrantes da Casa. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que Chávez tem “desprezo pelas causas democráticas”.

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que o governo Chávez “tem características de ditadura” e reforçou a impressão de que esse presidente “pensa em se perpetuar no poder”. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) considerou as dificuldades políticas da entrada da Venezuela no bloco maiores que os benefícios econômicos.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que Chávez não respeita os direitos humanos e cerceia a liberdade de imprensa. Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou sua preocupação com o tratamento a ser dado pelo presidente venezuelano a um novo governo brasileiro, caso as oposições vençam as eleições presidenciais no Brasil.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), observou que a entrada da Venezuela no Mercosul poderá gerar problemas diplomáticos com países com os quais os membros do bloco tenham firmado tratados internacionais. Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a falta de negociação de concessões tarifárias para a entrada da Venezuela no Mercosul. Raimundo Colombo (DEM-SC) destacou que seu voto não é contra o povo venezuelano, mas apenas ao governo Chávez. Valter Pereira (PMDB-MS) classificou o regime de Hugo Chávez como um “apostolado da insegurança jurídica”.

Importância econômica, argumento de governistas

Mesmo fazendo restrições a Hugo Chávez, vários senadores da base do governo reiteraram seu apoio à entrada da Venezuela no Mercosul. Entre os argumentos apresentados por eles, estão o do “enquadramento” democrático que o bloco exigiria daquele país e o da importância das relações comerciais entre Brasil e Venezuela.

Ao afirmar que a integração da Venezuela garantiria a consolidação democrática desse país, Aloizio Mercadante (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) – e, inclusive, Pedro Simon (PMDB-RS), que não é da base do governo – citaram declarações do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, durante audiência realizada no Senado.

Apesar de ser um dos líderes da oposição venezuelana, Ledezma defendeu a entrada de seu país no Mercosul. Ele disse que a medida, se realizada com condicionantes, pode limitar as ações arbitrárias de Hugo Chávez e contribuir para a evolução democrática da Venezuela.

Simon disse que, “se fosse apenas por Hugo Chávez”, ele não seria favorável à entrada da Venezuela, mas o senador ressaltou que “o presidente passa, ao contrário dos países que compõem a América Latina”. O mesmo raciocínio foi apresentado por Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Francisco Dornelles (PP-RJ), Sadi Cassol (PT-TO), Wellington Salgado (PMDB-MG), além de João Pedro e Mercadante, destacaram a importância econômica da entrada da Venezuela no bloco. Segundo Mercadante, 20% do superávit comercial brasileiro no ano passado (o equivalente a US\$ 4,6 bilhões) deveu-se ao comércio com aquele país. Ele ressaltou ainda que a Venezuela é atualmente a terceira economia da América do Sul e o sétimo maior parceiro comercial do Brasil.

– Vendemos celulares, automóveis, carne bovina e frango para a Venezuela. Vamos perder esse mercado? – indagou.

Ideli: vazamento pode prejudicar acordo na COP-15

Em nota distribuída à imprensa, a presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), protestou contra a divulgação de dois documentos que, em sua avaliação, podem prejudicar o entendimento entre os países que participam da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que se realiza em Copenhague, na Dinamarca.

A COP-15, que teve início na segunda-feira, pode resultar em acordo para redução das emissões de gás carbônico, que provocam o aquecimento do planeta.

A nota informa que os documentos – o primeiro escrito pela Dinamarca, em nome dos países ricos, e o segundo elaborado pelo Brasil, China, Índia e África do Sul – mostram visões opostas que poderão causar um racha entre países ricos e nações em desenvolvimento, “pondo em risco o sucesso de uma reunião já permeada de desacordos”.

Divisão

De acordo com a nota, o documento da Dinamarca “enterra o Protocolo de Kyoto, divide os países pobres e enfraquece o papel da Organização das Nações Unidas (ONU). Já o texto elaborado pelo Brasil, China, Índia e África do Sul “insiste que só será possível um acordo em Copenhague com base em Kyoto e na Convenção do Clima, de 1992”.

O vazamento do texto dinamarquês desagradou sobremaneira as delegações de países em desenvolvimento, informa a nota, segundo a qual o documento teria sido elaborado em conjunto com União Europeia e Estados Unidos. “A ideia era ter um documento já preconcebido para o caso de as discussões se arrastarem sem que se chegasse a uma ideia comum”, explica Ideli Salvatti.

O texto sugere que os países em desenvolvimento só possam emitir 1,44 tonelada de carbono equivalente *per capita*, enquanto para os habitantes dos países ricos o número sobe para 2,67 toneladas.

A nota afirma que, de acordo com o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, do Itamaraty e responsável pelas negociações, “as nações industrializadas vêm fazendo manobras para privar os países emergentes de recursos”.

MAIS BOLSAS PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Professores e estudantes do ensino superior que realizam atividades de extensão universitária poderão passar a contar com maior oferta de auxílio financeiro por meio de bolsas, conforme projeto aprovado ontem pela CCJ, em decisão terminativa. A proposta (PLC 281/09) prevê que o valor das bolsas será semelhante ao já praticado em programas de incentivo à pesquisa universitária.

A extensão universitária se constitui em formas de interação das universidades com a sociedade, nas quais professores e alunos de cursos superiores realizam projetos de interesse de grupos locais.

BENS APREENDIDOS VÃO PARA CONSELHOS TUTELARES

Os conselhos tutelares e os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente instalados nos estados e municípios poderão ter prioridade no recebimento de bens apreendidos por órgãos públicos federais. O benefício foi estabelecido em projeto (PLS 330/09) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que recebeu parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

Os bens a serem doados podem resultar de apreensões feitas em operações de órgãos como Receita Federal, Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Cada conselho deverá fixar critérios para utilização do que for recebido.

REDUÇÃO DE FÉRIAS DE JUÍZES SERÁ DEBATIDA

A CCJ decidiu retirar de pauta proposta (PEC 48/09) que reduz as férias anuais dos juizes e membros do Ministério Público. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que antes da votação seja realizada audiência pública sobre o assunto.

Atualmente, as duas categorias têm direito a 60 dias de férias anuais, mais o período de recesso de final de ano, que chegaria a 18 dias. Tanto o autor da PEC 48/09, senador Valter Pereira (PMDB-MS), quanto o relator na CCJ, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), defendem a concessão de férias e recesso natalino, totalizando 60 dias. Mercadante propõe reduzir para 30 dias mais o recesso de final de ano.

CCJ aprova reestruturação do sistema financeiro nacional

Texto que prevê autonomia do Banco Central e maior concorrência entre instituições financeiras foi acolhido na comissão, segue para a CAE e pode voltar a exame na CCJ

UM ACORDO ENTRE lideranças permitiu a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de proposta que reestrutura o sistema financeiro nacional. A matéria foi aprovada sob o aspecto de sua constitucionalidade, ficando o mérito a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



ACM Júnior apresenta substitutivo que engloba sugestões de seis projetos

A proposta acolhida é o substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao PLS 102/07 e a outros cinco projetos. O relator acrescentou ao texto outra hipótese: quando aplicadas no sistema financeiro em operações lastreadas em títulos públicos, as disponibilidades de caixa dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades do poder público não terão de ser depositadas em instituições financeiras oficiais.

presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), chegou a conceder vista e retirar a matéria de pauta. No entanto, após argumentações de Pedro Simon (PMDB-RS), foi acatada sugestão do relator, configurada no acordo entre as lideranças, para que, caso a CAE modifique a proposta, o texto retorne à CCJ para novo exame da constitucionalidade.

Na discussão, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a reforma do sistema financeiro na-

cional e a autonomia do Banco Central são "um passo que terá que ser dado". Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que, politicamente, a matéria merece um debate maior "com relação à visão que se deve ter do Banco Central brasileiro". Já o senador José Agripino (DEM-RN) afirmou ser "necessário que o presidente do Banco Central tenha mandato e que o mandato da diretoria não seja coincidente com o do presidente da República".

Proposta amplia papel do Congresso na fiscalização

A proposta que reestrutura o sistema financeiro nacional (SFN) aprovada ontem na CCJ cria uma sistemática de fiscalização, pelo Congresso, sobre a execução das políticas monetária e cambial; formaliza a autonomia do Banco Central (BC); prevê para instituições financeiras públicas tratamento semelhante ao dado a instituições privadas; considera administradoras de cartão de crédito como instituições financeiras; e cria taxa a ser paga pelas instituições ao BC para custear atividades de fiscalização e supervisão do SFN. O texto é substitutivo a cinco projetos: PLS 102/07-Complementar e PLS 72/07, ambos de Arthur Virgílio; PLS 497/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO); PLS 595/07, de Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PSDB-PR); PLS 678/07, de Adelmir Santana (DEM-DF); e o PLS 19/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC).

Fusão de empresas poderá passar por controle prévio

A CCJ aprovou projeto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Entre as inovações propostas, está a de que o controle dos atos de concentração econômica, como fusão, seja prévio. A matéria segue para o Plenário, para votação em regime de urgência.

Pela proposta (PLC 6/09), as empresas que pretendam promover união empresarial devem aguardar a decisão favorável do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Segundo o relator na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB-RR), "a adoção do controle prévio coloca o Brasil na linha da experiência internacional e impede a ocorrência de prejuízos econômicos resultantes de desfazimento, a mando do Cade, de operação de união empresarial já concluída".

PROIBIÇÃO DE FUMO EM AMBIENTES COLETIVOS

Foi adiada para a próxima semana a votação pela CCJ do parecer da senadora Marina Silva (PV-AC) favorável a projeto (PLS 315/08) do senador Tião Viana (PT-AC) que proíba o uso de cigarros em recintos coletivos, como bares e restaurantes. Na prática, a proposta acaba com áreas reservadas para fumantes em ambientes coletivos, os chamados fumódromos.

Representantes de entidades favoráveis e contrárias ao projeto acompanharam a reunião da comissão. Se aprovada pela CCJ, a matéria segue para votação, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto tramita em conjunto com outras duas proposições similares (PLSs 316/08 e 420/05).

SERVIDORES DO DNIT PODEM GANHAR BÔNUS

A CCJ também aprovou projeto (PLC 281/09) do Executivo que cria o Bônus Especial de Desempenho Institucional aos servidores ativos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em valores que vão de R\$ 3.231,87 a R\$ 28.705,18.

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto (PLS 223/09) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que proíbe a terceirização de serviços incluídos entre as atribuições regulares de servidores ou que representem necessidade final, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública. A terceirização de tarefas como limpeza e conservação é exceção.

AUTARQUIA VAI FISCALIZAR FUNDOS DE PENSÃO

A recriação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, foi aprovada ontem pela CCJ. A iniciativa está prevista em projeto (PLC 136/09) que propõe a reativação da autarquia para fiscalizar e supervisionar as atividades dos fundos fechados de previdência. Após a aprovação de seu parecer favorável, o relator Romero Jucá (PMDB-RR) pediu urgência para a votação da matéria pelo Plenário.

Ao atribuir à Previc status de autarquia, o projeto lhe assegura autonomia financeira e administrativa para conduzir suas funções.

Mudança no ECA amplia proteção ao menor

O direito à dignidade e à integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), poderá ser ampliado, conforme proposta aprovada pela CCJ em decisão terminativa. A medida pretende dar mais garantias jurídicas aos menores em risco de sofrer assédio por parte de pedófilos e traficantes, por exemplo, com a proibição de determinada pessoa se aproximar da criança ou do adolescente.

O projeto (PLS 46/06), do senador Paulo Paim (PT-RS), pretende possibilitar que o detentor da guarda ou posse de fato de criança ou adolescente requeira ao juiz competente essa e outras medidas

necessárias para assegurar a integridade do menor. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ao apresentar parecer pela aprovação da matéria, preservou a intenção de Paim de manter, por ordem judicial, a criança ou o adolescente afastados de pessoas que possam ameaçar sua segurança. Mas, por meio de emenda, suprimiu outro dispositivo que pretendia submeter quem descumprisse essa decisão judicial a pena de detenção de seis meses a três anos, mais multa.

A regulamentação da Justiça de Paz (PLS 551/07) também foi aprovada, em turno suplementar e decisão terminativa, pela CCJ.

Nova regra para admitir criança em espetáculo

A exibição de filme ou peça a criança ou adolescente em idade inadequada, contrariando classificação do espetáculo, somente será crime se o menor estiver desacompanhado dos pais ou responsáveis. É o que determina proposta aprovada pela CCJ.

O texto acolhido pela relatora, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), é uma emenda substitutiva apresentada pelos próprios autores do projeto (PLS 128/04), senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC).

Segundo Patrícia Saboya, o artigo 255 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – que a proposição pretende modificar – "incorporou uma tutela estatal

indevida e opressiva, ao transferir a um corpo burocrático missão que primordialmente competiria à família, a de orientar os jovens no que se refere à cultura, educação e lazer".

O ECA prevê multa de 20 a cem salários de referência para quem exibir filme, trailer, peça, amostra ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo. A proposta acrescenta a expressão "desacompanhados dos pais ou responsável". Em caso de reincidência, a autoridade pode determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até 15 dias, como previsto no estatuto.

Participação de notários em tráfico de pessoas

A CCJ aprovou projeto que agrava a pena de quem colabora para o envio ilegal de criança ou adolescente ao exterior, quando o ato é cometido por notários ou oficiais de registro. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a pena para esse delito varia de quatro a seis anos de reclusão; ou seis a oito anos, quando há violência, ameaça ou fraude. A proposta (PLS 154/08), da senadora Serys Slhessa- renko (PT-MT), aumenta a punição em um terço quando o crime é cometido pelos responsáveis pelo registro civil. A senadora crê que a proposta poderá inibir o tráfico de pessoas.

O relator Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou parecer favorável, sustentando que o projeto é conveniente e oportuno. "Os atos praticados por notários e oficiais de registro têm fé pública, e os documentos que produzem revestem-se de presunção de veracidade", destaca o senador.

Unila

A CCJ também aprovou projeto (PLC 186/09) que cria a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), vinculada ao Ministério da Educação. Para Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da matéria, trata-se de iniciativa altamente necessária e positiva, num contexto histórico de integração regional.

Saque do FGTS, aposentadoria por invalidez sem carência e passe livre no transporte coletivo estão entre os direitos previstos para diabéticos em proposta aprovada pela CCJ

Projeto garante benefícios a portadores de diabetes

OS DIABÉTICOS PODERÃO passar a ter direito à concessão de uma série de benefícios já previstos em lei para outras doenças. A CCJ aprovou proposta (PLS 389/08 - Complementar) que garante aos portadores de diabetes o direito de sacar dinheiro do PIS-Pasep e do FGTS; receber auxílio-doença e obter aposentadoria por invalidez sem carência; e passe livre no transporte público.

O diabetes é uma doença metabólica caracterizada por um aumento anormal da glicose no sangue. A glicose é a principal fonte de energia do organismo, mas, quando em excesso, pode trazer várias complicações à saúde. Quando não tratada adequadamente, a doença pode levar à ocorrência de infarto, derrame cerebral, insuficiência renal, problemas visuais e lesões de difícil cicatrização, entre outras complicações.

Ao defender a aprovação do projeto, seu autor, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), explicou que a Organização Mundial

da Saúde (OMS) estima que cerca de 240 milhões de pessoas sejam diabéticas em todo mundo, o que representa de 6% a 8% do planeta.

– O diabetes melito é uma das doenças de maior prevalência no mundo, com tendência a agravar-se com o avançar da idade. Segundo dados do Ministério da Saúde, ela é responsável por 25 mil óbitos anualmente. No Brasil, 11 milhões de pessoas são portadoras da doença, ainda que somente metade delas saiba que tem a enfermidade – afirmou Renan.

Em seu parecer favorável ao projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que o diabetes está na lista das cinco doenças de maior índice de morte no mundo.

Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ e portador de diabetes, também defendeu a aprovação do projeto.

– A OMS disse que a grande doença deste século será o diabetes. O que pudermos dis-

ponibilizar para os portadores da doença será bem-vindo. São inúmeras as pessoas atordoadas com essa doença no Brasil – assinalou.

Desaparecidos

A CCJ aprovou outro projeto (PLS 478/09) de Renan Calheiros: o que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Pelo projeto, o serviço de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos – que é uma das linhas de ação da política de atendimento a esse segmento da população – incluirá cadastro centralizado e integrado, com informações dos órgãos públicos e das instituições da sociedade organizada, nos termos de regulamentação do Executivo.

A matéria recebeu parecer favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).



César Borges (E) e Demostenes Torres na CCJ: aprovada criação de cadastro nacional de crianças desaparecidas

Invadir reserva ambiental acarreta pena maior

A pena estabelecida no Código Penal para o crime de esbulho possessório – invasão de terreno ou edifício alheio por mais de duas pessoas, com uso de violência ou mediante grave ameaça – poderá ser agravada se o episódio ocorrer em unidade de conservação da natureza, em área de reserva legal ou de preservação permanente.

A iniciativa consta de projeto do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa. Atualmente, o Código Penal fixa pena de detenção de um a seis meses, mais multa, pela prática de esbulho possessório. Ao elaborar parecer favorável ao projeto (PLS 132/09), o relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), agregou emenda amenizando a punição sugerida no projeto original.

Assim, em vez da reclusão defendida por Gilberto Goellner, o que exigiria início do cumprimento da pena em regime fechado, Renato Casagrande

optou pela pena de detenção, ou seja, prisão em regime aberto ou semiaberto.

O relator decidiu acolher, entretanto, o prazo de duração da pena prevista no projeto original: um a três anos. Conforme assinalou ainda Casagrande, o criminoso não estará livre de responder também por crime ambiental.

Goellner justifica a proposta chamando a atenção para a necessidade de agravar a conduta do esbulho possessório quando prejudique o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

Ao defender a aprovação do projeto, o senador João Pedro (PT-AM) afirmou que a ampliação da pena vai combater a grilagem em terras públicas, principalmente na Amazônia, onde predomina esse tipo de posse. Com ele concordou o relator.

– Esse projeto vai ser um ponto de inibição para essa prática na Amazônia – observou Casagrande.

CPI do MST é instalada e elege Almeida Lima como presidente

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do MST, que vai apurar os repasses de recursos de organizações não governamentais ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O senador Almeida Lima (PMDB-SE) será o presidente do colegiado, que terá como vice-presidente o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e como relator o deputado Jilmar Tatto (PT-SP). O plano de trabalho da comissão deverá ser apresentado em reunião marcada para a próxima quarta-feira.

Criada por requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), aprovado em sessão do Congresso Nacional em outubro, a comissão reúne 33 senadores (18 titulares e 15 suplentes) e 36 deputados federais (18 titulares e 18 suplentes).

Almeida Lima e Onyx Lorenzoni foram eleitos por aclamação após a abertura dos trabalhos da comissão pelo parlamentar mais idoso entre os presentes, no caso, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), conforme determinam as normas regimentais.

O senador pelo Rio de Janeiro explicou que a CPI do MST foi criada para apurar as irregularidades verificadas em contrato

firmado entre a União e entidades de defesa da reforma agrária; verificar o financiamento clandestino de recursos para a invasão de terras; e analisar e diagnosticar a estrutura agrária brasileira.

Ao ser empossado, Almeida Lima disse que o seu comportamento no colegiado dos trabalhos da comissão "será o comportamento republicano daquele que deseja cumprir as normas legalmente estabelecidas e fazer cumprir os objetivos das instituições do Estado". Em seguida, o senador indicou Jilmar Tatto como relator.

Assentamentos

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou a precariedade dos atuais assentamentos da reforma agrária. "sem crédito, sem assistência técnica, sem educação, sem viabilidade".

Mão Santa (PSC-PI) disse que é preciso ter exatidão sobre os movimentos de defesa da reforma agrária no país, com "caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito". Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a estrutura fundiária brasileira ainda mantém nível de desigualdade na distribuição de renda muito elevado.

Virgílio propõe que Estatuto Racial contemple caboclos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu uma melhor análise pelo Senado do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, votado recentemente na Câmara dos Deputados, sob o argumento de que a população do Amazonas não é predominantemente negra.

Arthur Virgílio considerou correto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ter adiado a deliberação da matéria. Ele disse que o texto é importante e merece ser examinado com urgência, mas defendeu a adição de "uma ressalva" capaz de tornar o texto mais adequado a um país com a diversidade étnica do Brasil. E já falou sobre o assunto com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que concordou com um exame mais detalhado da matéria, segundo Virgílio.

– Como parlamentar amazonense, o que tenho a observar é que nós temos uma identidade cabocla no Amazonas. É escassa a população negra naquele estado. A predominância é absolutamente do elemento indígena com o elemento europeu – afirmou.

– Por isso, fiquei surpreso quando soube que o atual relator quer promover novas alterações, o que pode piorar ainda mais a matéria – disse ele.

Paim ressaltou que seus esforços pela criação do estatuto já duram 12 anos e considerou "lamentável que o Congresso ainda esteja debatendo um projeto de lei para combater preconceitos".



Arthur Virgílio quer que projeto seja adequado à diversidade racial do país

Paim: mudanças no projeto pioram o texto original

O senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra possíveis mudanças no projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo Paim, o atual relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO), "entende que o texto precisa ser alterado".

Paim lembrou que, na Câmara, foram retirados da matéria (PLS 213/03) itens considerados polêmicos, "o que representou um retrocesso em relação ao projeto aprovado [em 2005] pelo Senado". Apesar disso, o senador afirmou que se resignou com as mudanças, "devido à correlação de forças que havia naquela Casa", e esperava que o Senado aprovasse o texto proveniente da Câmara.

– Por isso, fiquei surpreso quando soube que o atual relator quer promover novas alterações, o que pode piorar ainda mais a matéria – disse ele. Paim ressaltou que seus esforços pela criação do estatuto já duram 12 anos e considerou "lamentável que o Congresso ainda esteja debatendo um projeto de lei para combater preconceitos".



Paim pede que Senado mantenha substitutivo aprovado pela Câmara

Proposta aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia permite à sociedade brasileira saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes

Poderes da União deverão divulgar destino de recursos

PROPOSTA QUE DETERMINA aos três Poderes da União a divulgação, na internet, de informações que permitam à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O projeto vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

De autoria do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), a proposta (PLS 474/09) obriga Executivo, Legislativo e Judiciário a adotarem uma política de transparência pública, mediante a publicação, na rede, de informações sobre os recursos relativos a receitas, despesas, ativos e passivos, pessoal, atos de gestão, contratos, convênios e licitações.

Cada Poder, segundo o projeto, regulamentará suas próprias divulgações, que devem abran-

ger dados do ano corrente e dos últimos cinco exercícios. O descumprimento da norma será punido com advertência, multa, suspensão temporária, destituição do cargo e declaração de inidoneidade.

O relator da proposta, Gerson Camata (PMDB-ES), ressaltou que cabe ao Congresso contribuir para que os órgãos públicos cumpram o princípio constitucional da publicidade.

Combustível

Também foi aprovado pela CCT projeto (PLS 81/08) do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) que permite a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal refinado como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários.

O projeto também autoriza o

uso do óleo como combustível no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de produtos e insumos agropecuários.

O relatório de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) contém quatro emendas. Uma delas estende o uso aos veículos de transporte público urbano e outra autoriza as indústrias refinadoras a produzir óleo vegetal refinado para uso como combustível e a comercializá-lo diretamente ao consumidor. A matéria segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão terminativa.

Rádios AM

As perspectivas das rádios AM no Brasil também serão discutidas em audiência pública na CCT, conforme requerimento de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O colegiado aprovou ainda uma série de projetos de decreto legislativo que concedem autorização para o funcionamento de emissoras de rádio.



Compositor Nelson Sargento canta *O Dono das Calçadas* na Comissão de Educação

Velha guarda da música popular reivindica aposentadoria especial

Para contar a história da velha guarda da música popular brasileira, nove compositores de diversas partes do país participaram ontem de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Enquanto cantavam e relembavam antigos sucessos, puxando um coro com os senadores que participaram da reunião, eles apresentaram suas principais reivindicações. Querem um regime de aposentadoria especial, além da regulamentação da profissão e do seguro-desemprego. Pedem maior respeito aos direitos autorais e a garantia de divulgação de seus nomes após a veiculação de suas canções.

Autor de mais de 100 canções já gravadas, Nelson Sargento – que entrou na sala da comissão cantarolando *O Dono das Calçadas*, de Nelson Cavaquinho e Guilherme de Brito – tirou do bolso um recibo para mostrar quanto recebeu em um mês deste ano em bilhetes autorais: R\$ 329,19. “Menos que um salário mínimo”, lembrou. A cantora, compositora e atriz Adelaide Chiozzo também mostrou seus

números. Após mais de 30 anos de contribuição, recebe R\$ 1.247 de aposentadoria e, aos 78 anos, ainda viaja com seu acordeom para completar o orçamento cantando antigos sucessos como *Beijinho Doce*, de Nhô Pai.

– Faço shows pelo Brasil inteiro ganhando um cachezinho. Mas o meu acordeom tem 14 quilos e, para mim, cada dia pesa mais – disse Adelaide.

A cantora Ademilde Fonseca, 10 anos mais velha, concordou. A sua aposentadoria, relatou, não dá nem para pagar os remédios. Por isso, continua cantando. A música brasileira, como ressaltou o compositor paulista Oswaldinho da Cuíca, está entre as mais ricas do mundo. “Mas os músicos têm o pior tratamento”, queixou-se.

Para o compositor carioca Agenor de Oliveira, a aposentadoria especial é uma das principais reivindicações da classe. Ele explicou que os compositores, que muitas vezes trabalham como autônomos, ganham pouco e têm dificuldade de recolher contribuições à Previdência.

Projeto trará regulamentação da profissão de compositor

A regulamentação da profissão de compositor deverá ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), segundo anunciou a presidente da comissão, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), durante audiência pública na CE, realizada a partir de requerimento dos senadores Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PSDB-PR), com a participação de representantes da velha guarda da música popular brasileira.

Após ouvir as reivindicações apresentadas pelos artistas, Rosalba anunciou a disposição de apresentar um projeto de lei destinado a regulamentar a

profissão.

– Este será o primeiro passo de uma caminhada – afirmou.

Ideli disse que é a cultura que “dá unidade a uma nação”. E a cultura brasileira, a seu ver, teve papel relevante na escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Flávio Arns frisou ter ficado “extremamente feliz” com a audiência e pediu que músicos e senadores trabalhem juntos na elaboração de projetos que venham a beneficiar os compositores. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que a comissão estava promovendo o “resgate do autor”.



Presidida por Flexa Ribeiro, CCT também acolheu proposição que autoriza o uso de óleo vegetal como combustível

Pagar comercial em rádio pirata pode virar crime

A contratação de publicidade em emissoras de rádio e de televisão que operam de forma ilegal – as chamadas emissoras piratas – poderá passar a ser crime, conforme projeto aprovado ontem pela CCT. A pena para tal crime será de detenção de um a dois anos, com acréscimo de metade desse tempo se houver dano a terceiros.

O projeto (PLS 468/09) altera o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62), para dar àqueles que contratam propaganda em tevês e rádios piratas a mesma punição prevista para os que operam essas emissoras ilegais.

Na justificativa da matéria, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destaca que a atuação de emissoras clandestinas interfere não apenas nas estações de rádio e televisão que operam legalmente, mas também na comunicação entre pilotos e torre de controle de voos, gerando riscos para o transporte aéreo.

– Nesse caso, a operação clandestina de emissões radiofônicas pode configurar-se ameaça à segurança pública – frisou o autor da matéria, ao defender a criminalização.

No mesmo sentido, o relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), argumenta que a

medida desestimulará a propaganda nas rádios e TVs piratas, reduzindo as fontes de financiamento e, conseqüentemente, a manutenção de tais emissoras. Ele também destaca o dano econômico gerado por essas empresas às emissoras de rádio e televisão que operam na legalidade.

Wellington Salgado (PMDB-MG), alertou para os riscos de operação de emissoras clandestinas e elogiou a proposta de Flexa Ribeiro.

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Heráclito Fortes • Eduardo Suplicy • Marconi Perillo • Augusto Botelho • Mão Santa • Sadi Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Objetivo de proposta acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais é facilitar às pessoas carentes a obtenção de medicamentos essenciais

Farmácias podem fornecer remédio em falta no SUS

COM A FINALIDADE de facilitar o acesso das pessoas carentes a medicamentos essenciais que estiverem em falta na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta determinando que farmácias e drogarias comerciais poderão fornecer esses produtos gratuitamente, mediante ressarcimento posterior pelo sistema.

Pelo projeto (PLS 76/09) do então senador Expedito Júnior, os remédios deverão constar da Relação Nacional de Medicamentos

Essenciais (Rename) e serem prescritos por profissional habilitado que atenda na rede do SUS. Os candidatos ao benefício precisarão ter cadastro específico no sistema e ser integrante de família com renda mensal *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo.

Em seu parecer favorável, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) define a proposição como um meio efetivo de aprimorar a política pública nacional de assistência farmacêutica.

Endemias

A CAS aprovou ainda uma segunda proposta para aperfeiçoar o atendimento do SUS, ao determinar que a União repassará, obrigatoriamente, recursos para pagamento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias diretamente aos gestores locais do sistema, desde que seus vínculos empregatícios com estados e municípios estejam regularizados.

Em seu voto sobre o PLS 10/2008, Lúcia Vânia (PSDB-GO)

reconhece a relevância do trabalho desses agentes e observa que muitos atuam com contratos provisórios e sem garantias previdenciárias. Para a senadora, a proposta funcionará como mecanismo de pressão para que os entes federados regularizem o trabalho desses agentes, que o Ministério de Saúde estima em 230 mil no Brasil inteiro. As duas matérias foram votadas em decisão terminativa e seguem para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso ao Plenário.

Turno suplementar

A comissão aprovou, também, em turno suplementar, os seguintes projetos: PLS 740/07, que regulamenta as profissões de artistas e técnicos em espetáculos; PLS 249/06, que trata da profissão de nutricionista; PLS 49/08, sobre pensão a estudantes; PLS 140/08, sobre dependentes do Regime Geral da Previdência Social; e PLS 334/05, sobre cálculo de renda mensal familiar *per capita*. Essas matérias dependem ainda de votação em Plenário.

Licença maior para pai, em caso de falta da mãe

A possibilidade de licença-paternidade com o mesmo período da licença-maternidade, quando da falta da mãe, é o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em votação terminativa.

Pela proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), quando o pai obtiver a guarda exclusiva do filho, poderá usufruir todo o período previsto para licença-maternidade ou a parte restante que caberia à mãe.

De acordo com o projeto (PLS 165/06), o pai passará a ter direito à licença-paternidade ampliada quando a mãe falecer, for acometida de enfermidade grave ou abandonar o filho. O benefício também é assegurado em caso de adoção de criança, desde que a licença-maternidade não tenha sido requerida. A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), elogiou a aprovação da matéria.

Deficiência

A proposta estabelece ainda benefício para trabalhador de empresa com mais de 50 funcionários que for responsável por criança de até 3 anos portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou que possua doença que exige tratamento continuado.

Nesse caso, o empregado poderá ausentar-se do trabalho por até 10 horas semanais, sem prejuízo do salário. As horas em que o funcionário estiver fora da empresa serão compensadas em acordo com o empregador. A compensação não poderá exceder em duas horas diárias à duração normal do trabalho.



Rosalba Ciarlini preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou várias proposições na área da saúde

Vale-transporte deverá ter custeio integral do patrão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que determina o custeio integral do vale-transporte pelos empregadores. Atualmente, o trabalhador contribui com até 6% de seu salário básico para custear o benefício.

De iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto (PLS 228/09), relatado por Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que os gastos com o vale-transporte poderão ser deduzidos pelo patrões como despesa operacional na determinação do lucro real da empresa ou no cálculo de Imposto de Renda devido.

A CAS aprovou outros dois projetos de lei relacionados a direitos do trabalhador: o PLS 187/06, também de autoria de Paulo Paim, que concede aos operadores de redes de telefonia móvel o adicional de periculosidade de 30% sobre o salário (como já acontece no trabalho em redes de energia elétrica); e o PLS 493/09, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que estende o mesmo adicional de periculosidade aos empregados em serviços de portaria, vigilância e segurança.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) apresentou substitutivo, retirando a possibilidade de faxineiros e serventes receberem a mesma gratificação, quando substituindo porteiros e vigias. Esse projeto será submetido à votação em turno suplementar no colegiado.

CAS aprova teste da orelhinha obrigatório

Projeto que torna obrigatória e gratuita a realização do teste de deficiência auditiva (o chamado teste da orelhinha) nos recém-nascidos em maternidades e hospitais de todo o país foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo da proposta é possibilitar o atendimento precoce de distúrbios auditivos em bebês.

No parecer favorável à proposição (PLC 64/04), o senador Flávio Arns (PSDB-PR) argumenta que o diagnóstico correto e precoce de anormalidade auditiva representa uma garantia de que o tratamento será eficaz. A proposta segue agora para deliberação do Plenário.

A CAS também acolheu proposta que visa incluir a hemofilia entre as doenças que justificam a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na compra de veículos automotores.

Também relator dessa matéria, Flávio Arns incluiu no seu parecer todas as pessoas que apresentem dificuldades de locomoção em virtude de doenças incapacitantes ou pessoas com deficiência. O senador retirou os dispositivos que limitavam a isenção de IPI a automóveis equipados com motores de cilindrada inferior a 2.000 cm³, com pelo menos quatro portas e movido a combustível de origem renovável.

Proposta facilita a detecção precoce de câncer na mulher

A inclusão, entre as ações do Sistema Único de Saúde (SUS), da detecção de biomarcadores para tumores de mama e do trato genital feminino é o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 158/09), de iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), beneficia as mulheres com antecedentes pessoais, ou familiares, dessas doenças.

Aprovado em decisão terminativa, o projeto altera a lei que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo de útero e de mama, no âmbito do SUS.

Sobrevida

Na justificação da proposta, Maria do Carmo Alves informa que, no Brasil, 80% dos tumores de mama são descobertos em estágios avançados, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, onde os casos são detectados no início. O câncer de mama, destacou ainda a senadora, é o que causa o maior número de óbitos, especialmente entre mulheres de 40 a 60 anos.

A senadora salientou que a descoberta tardia dificulta o tratamento da doença, pois compromete sua eficácia, bem como as chances de sobrevida dos pacientes.

A relatora da matéria na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), observou que os oncologistas brasileiros informam que não existe no país um programa nacional capaz de detectar a doença precocemente.

Reserva de vagas para promoção

A reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso público para provimento mediante promoção é o que determina projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria, de autoria do então senador Expedito Júnior, será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

O relator da proposta (PLS 5/09), senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ressaltou

que a medida vai contribuir para melhoria da prestação dos serviços públicos, uma vez que permite a promoção de servidores experientes, já integrantes do quadro da administração pública.

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 335/04) de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que dispensa a revista de portadores de marca-passo cardíaco ou aparelho similar em portas magnéticas ou equipamentos de segurança semelhantes.

Uso do FGTS pelo trabalhador rural

O trabalhador rural poderá movimentar a sua conta do FGTS para aquisição de imóvel no campo. Projeto com essa finalidade, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

De acordo com a proposição (PLS 65/03), o fundo de garantia poderá ser utilizado para compra de imóvel rural desde que a exploração da terra seja

feita de forma direta e pessoal pelo agricultor e sua família.

A comissão aprovou ainda o PLS 618/2007, também de autoria do senador Paulo Paim, que regulamenta o exercício das profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel. Pela proposta, o exercício dessas atividades estará condicionado a registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Senadores destacam propostas para aperfeiçoar o combate à corrupção

Vários senadores lembraram ontem a passagem do Dia Internacional contra a Corrupção. A data é referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em Mérida, no México, em 9 dezembro de 2003, assinada por mais de 110 países. No Brasil, o Congresso aprovou o texto em maio de 2005. Em seu discurso, Antônio Carlos Va-

ladares (PSB-SE) disse acreditar que só uma reforma política poderá “encerrar de vez as sucessivas crises que abalam o país”. Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o eleitor não deve votar em políticos envolvidos com atos ilícitos e, por isso, o senador não vê necessidade de uma lei para impedir a candidatura de “fichas sujas”. Já Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu essa proposta e outras 20

que alteram dispositivos da Lei das Inelegibilidades. Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou projeto do Executivo tipificando como hediondo o crime de corrupção e Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que o “espírito público” demonstrado ontem em manifestações a favor do *impeachment* do governador do Distrito Federal “não tenha se verificado durante o caso do mensalão do PT, em 2005”.



César Borges quer ajudar prefeituras por causa da crise

Flexibilização da LRF é defendida por César Borges

CÉSAR BORGES (PR-BA) registrou a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto de sua autoria que flexibiliza a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o exercício financeiro de 2009.

O projeto (PLS 450/09) segue para o Plenário em regime de urgência.

O objetivo, explicou o senador, é ajudar as prefeituras, que enfrentam dificuldades para cumprir as metas de controle do endividamento e de gastos exigidos na LRF (LC 101/00). Borges informou que a proposta nasceu de sugestão da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), como alternativa para minimizar os problemas das prefeituras com a crise econômica mundial de 2008. As prefeituras receberam menos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à própria queda na arrecadação e, ainda, em decorrência das isenções fiscais concedidas pelo governo federal. Entretanto, o montante que seria recebido pelos municípios foi definido em 2008.

– Se houve a frustração dessa receita é porque houve necessidade dessas medidas anticíclicas, mas as despesas estavam lá, diante do administrador municipal. A limpeza pública, a iluminação, a saúde, o transporte escolar. Penalizar esses gestores por algo sobre o que eles não tiveram nenhuma ingerência é uma injustiça, porque estaremos penalizando a população de cada município – disse.

Em aparte, o relator da matéria na CAE, Cícero Lucena (PSDB-PB), destacou que o projeto vai ajudar a resolver um problema emergencial sem reduzir a importância da LRF.

VALADARES



Constituinte exclusiva para reforma política

A convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para fazer a reforma política foi defendida por Antônio Carlos Valadares. Na opinião do senador, essa reforma “é necessária para que sejam encerradas de vez as sucessivas crises políticas que abalam o país” e deve envolver decisões até sobre a forma de governo – presidencialismo ou parlamentarismo.

Essa Constituinte funcionaria paralelamente ao Congresso, que continuaria desempenhando suas prerrogativas de legislar e fiscalizar. Também o sistema eleitoral e o financiamento público de campanha devem ser tratados nessa reforma, explicou.

Entre as reformas de que o país necessita, na opinião de Valadares, está a do pacto federativo, promovendo o equilíbrio entre as receitas dos estados, dos municípios e da União, e a redistribuição de *royalties* dos estados produtores para os não produtores.

Mozarildo Cavalcanti disse, em aparte, que “Lula não quer fazer reforma política porque o modelo atual é muito bom para ele”.

MOZARILDO



Eleitor precisa conhecer passado de seu candidato

Ao comentar reportagem da revista *Veja* em que são apontadas “as dez raízes da corrupção”, Mozarildo Cavalcanti alertou para a necessidade de o eleitor colaborar, só votando em políticos não envolvidos com atos ilícitos. Para o senador, não há necessidade de o Congresso aprovar o projeto de lei de iniciativa popular que impede a candidatura de quem tem “ficha suja”.

– O eleitor precisa entender que, quando dá voto a um corrupto, está prejudicando a si próprio. Basta o cidadão, na hora de votar, ver se o candidato tem ou não um passado limpo – sugeriu.

Mozarildo, citando a revista, disse que a impunidade aparece como uma das raízes da corrupção. Outro ponto destacado pelo senador é a conivência da sociedade com políticos envolvidos em escândalos, que acabam reeleitos quando o eleitor prioriza suas necessidades pessoais na hora de definir o voto.

Para combater o “caixa dois” nas campanhas eleitorais, Mozarildo apontou a necessidade de união dos três Poderes da República.

EDUARDO SUP LICY



Corrupção deve se tornar crime hediondo

O presidente Lula assinou e encaminhou ao Congresso um projeto de lei que tipifica como hediondo, sem direito a fiança, o crime de corrupção cometido por político ou servidor público, anunciou Eduardo Suplicy.

O senador informou que o projeto eleva para quatro anos a pena mínima para os crimes de peculato, concussão e corrupção ativa e cria “uma circunstância qualificadora” de aumento de pena: caso os crimes em questão sejam cometidos por autoridades públicas, a pena passará a ser de oito a 16 anos e o crime será qualificado como hediondo. Além disso, o projeto acaba com o instituto do foro privilegiado para julgamento dos acusados por esses crimes.

– Mas também temos que dar atenção às questões relativas aos procedimentos nas eleições. Passado um ano e pouco das últimas eleições municipais, ainda há casos que não foram devidamente examinados pela Justiça e a impunidade prossegue – acrescentou.

Suplicy defendeu também mudanças no Código Processual Penal.

ALVARO DIAS



Manifestações em 2005 não foram tão expressivas

As manifestações de entidades e de estudantes ocorridas ontem, pedindo o afastamento do governador do Distrito Federal, José Roberto Aruda, foram apoiadas por Alvaro Dias. O senador lamentou, no entanto, que o mesmo “espírito público” demonstrado por essas entidades “não tenha se verificado em 2005, durante o caso do mensalão do PT”, quando o publicitário Duda Mendonça afirmou ter recebido recursos em paraíso fiscal como pagamento pela campanha eleitoral do presidente Lula.

– Embora houvesse razões de sobra para manifestações democráticas de protesto, as entidades representativas da sociedade, as mais expressivas, calaram-se. Agora a OAB ingressa com um pedido de *impeachment* do governador do DF. Faz bem, mas por que não fez o mesmo em 2005? – questionou.

Em aparte, Eduardo Suplicy e Epitácio Cafeteira (PTB-MA) elogiaram o discurso. João Pedro (PT-AM) observou que não há, até o momento, garantia de que alguma CPI vá ser criada para a apuração das denúncias no DF.

PEDRO SIMON



Defesa do projeto que exige “ficha limpa”

Por requerimento de Pedro Simon e de outros senadores aprovado ontem, projetos que alteram dispositivos da Lei das Inelegibilidades serão incluídos na pauta de votações do Plenário.

O conjunto dessas propostas, encabeçadas pelo PLS 390/05, já foi aprovado pela CCJ. Simon explicou que os projetos definem as condições que devem ser exigidas dos candidatos a cargos eletivos, como “vida pregressa ilibada”.

São 21 projetos de lei, entre eles o que proíbe a inscrição na Justiça Eleitoral de candidatos com “ficha suja”, isso é, aqueles que foram condenados em processos judiciais, tenham perdido os mandatos por quebra de decoro, ou que tenham contra si representação na Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico ou político.

– Nesta hora tão tumultuada, tão difícil, complicada, em que não se sabe mais o que está certo e o que está errado, o que fazer e o que não fazer, mais uma vez o Senado vai fazer a sua parte e votar um projeto da maior importância e do maior significado no que tange à questão da corrupção – disse.

Sobrinho propõe benefício para professores



Projeto de Sobrinho remunera atividade fora da sala de aula

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) anunciou a apresentação de projeto a fim de garantir aos profissionais de educação da rede pública de ensino um período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade. O objetivo da proposta (PLS 560/09), explicou o senador, é reservar para atividades realizadas fora das salas de aula – como correção de provas, preparação de aulas, orientação a estudantes, pesquisa e “vivências coletivas de significativo valor pedagógico” – o tempo equivalente ao mínimo de um terço da jornada de trabalho remunerado.

Rosalba comemora anúncio de criação de ZPE

O anúncio da futura criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Açú (RN), feito pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações, foi destacado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN). “O conselho se antecipou à aprovação do PLS 648/07”, disse. O projeto de autoria da senadora, já aprovado no Senado, encontra-se em exame na Câmara. Rosalba ressaltou que também serão beneficiadas regiões próximas ao vale do Açú, com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado. “Esses locais têm muito potencial”, avaliou.



Rosalba diz que vale do Açú e arredores serão beneficiados